Ventos do Sul Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Junho de 2020 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 222 -
2º andar - Boa Vista -
90480-000 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: + 55 (51) 3327-8800
Fax: + 55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos do Sul Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

2020PA000104_Relatório Revisão - Ventos do Sul 30.06.2020.docx

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Balanço Patrimonial

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.237	33.944
Contas a receber de clientes	6	18.107	19.019
Despesas antecipadas		23	490
Impostos a recuperar	7	4.677	2.365
Créditos diversos		38	11
		35.082	**55.829**
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	28.256	5.921
Impostos a recuperar	7	5.148	5.099
Outros Créditos		30	205
IRPJ e CSLL diferidos	9	547	409
Arrendamentos	14	2.784	2.130
Investimentos		57	57
Imobilizado	10	296.760	306.185
		333.582	**320.006**
		368.664	**375.835**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediarias

Balanço Patrimonial

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores		948	1.064
Contas a pagar - Eletrobras	11	39.306	54.643
Debêntures	12	45.847	44.200
Impostos a recolher		3.757	1.602
Provisão IRPJ e CSLL	9	4.321	1.901
Partes relacionadas	22	959	2.383
Outras obrigações		255	607
Provisões		650	650
Arrendamentos	14	68	93
		96.111	**107.143**
Não Circulante			
Debêntures	12	230.109	252.777
Arrendamentos	14	2.961	2.231
Provisão para Desmobilização	10.3	7.912	7.802
		240.982	**262.810**
Total do Passivo		**337.093**	**369.953**
Patrimônio Líquido			
Capital social	16	964	964
Reservas de lucro	16	30.607	4.918
Total do patrimônio líquido		**31.571**	**5.882**
		368.664	**375.835**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediarias

Demonstrações de Resultados

Para os Períodos de Três e Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2020 e 30 de Junho de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receita Operacional Líquida	17	44.158	85.097	23.213	50.341
Custo da Operação	19	(15.952)	(31.070)	(13.149)	(28.048)
LUCRO BRUTO		**28.206**	**54.027**	**10.064**	**22.293**
Despesas / Receitas Operacionais					
Gerais e administrativas	19	(1.828)	(2.992)	(1.467)	(2.554)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	1.139	1.956	1.152	2.311
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**27.517**	**52.991**	**9.749**	**22.050**
Receitas financeiras	20	235	347	1.415	2.607
Despesas financeiras	20	(2.292)	(7.275)	(920)	(2.154)
Variação cambial, líquida	20	-	-	245	1.097
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**25.460**	**46.063**	**10.489**	**23.600**
Imposto de Renda e Contribuição Social	9				
Corrente		(8.744)	(15.787)	(3.477)	(7.639)
Diferido		94	138	(83)	(373)
Lucro Líquido do Período		**16.810**	**30.414**	**6.929**	**15.588**
Lucro por ação					
Lucro Líquido Básico por ação	21	**0,12**	**0,22**	**0,05**	**0,11**
Lucro Líquido Diluído por ação	21	**0,12**	**0,22**	**0,05**	**0,11**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediarias

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Para os Períodos de Três e Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2020 e 30 de Junho de 2019
(Em milhares de reais - R$)

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Lucro Líquido do Período	16.810	30.414	6.929	15.588
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	**16.810**	**30.414**	**6.929**	**15.588**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediarias

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2020 e 30 Junho de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucro		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**140.964**	**10.637**	**20.349**	**-**	**171.950**
Lucro líquido do período	16	-	-	(20.349)	15.588	(4.761)
Saldo em 30 de junho de 2019		**140.964**	**10.637**	**-**	**15.588**	**167.189**
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**964**	**193**	**4.726**	**-**	**5.882**
Lucro líquido do período	16	-	-	-	30.414	30.414
Distribuição de Dividendos	16.c.1	-	-	(4.726)	-	(4.726)
Saldo em 30 de junho de 2020		**964**	**193**	**-**	**30.414**	**31.571**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediarias

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2020 e 30 de Junho de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2020	30/06/2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do período		**30.414**	**15.588**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	9	15.649	8.012
Variações monetárias e cambiais	20	-	(1.097)
Crédito de Pis e Cofins		(3.493)	(2.127)
Juros sobre a dívida	20	6.885	1.944
Despesas (Receitas) Financeiras	20	390	-
Depreciação e amortização	10	10.235	9.690
		60.080	**32.010**
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	912	823
Créditos diversos		148	(13)
Impostos a recuperar	7	162	(2.543)
Despesas antecipadas		467	494
Fornecedores		(117)	130
Contas a pagar - Eletrobras	11	(15.337)	24.966
Impostos a recolher		(9.374)	(151)
Partes Relacionadas	22	(1.424)	(1.845)
Outras obrigações		(172)	(339)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**35.345**	**53.532**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	9	(1.901)	(5.345)
Pagamento de juros		(6.029)	(1.299)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**27.415**	**46.888**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(4)	(61)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		**(4)**	**(61)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de financiamentos		-	(25.984)
Pagamento de Arrendamento		(180)	-
Pagamento de debentures	13	(21.877)	-
Pagamento de dividendos	17	(4.726)	-
Aplicaçoes financeiras vinculadas		(22.335)	(45.891)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(49.118)**	**(71.875)**
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(21.707)**	**(25.048)**
Demonstração do Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	33.944	32.375
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	12.237	7.327

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediarias

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2020 e 30 de junho de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Receitas	**95.822**	**57.863**
Vendas de energia	93.866	55.553
Outras receitas	1.956	2.310
Insumos Adquiridos de Terceiros	**22.902**	**20.149**
Custos da Operação	20.048	17.746
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.854	2.403
Valor Adicionado Bruto	**72.920**	**37.714**
Depreciação e Amortização	10.235	9.690
Valor Adicionado Líquido Produzido pela	**62.685**	**28.024**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**347**	**2.607**
Receitas financeiras	347	2.607
Valor Adicionado Total a Distribuir	**63.032**	**30.631**
Distribuição do Valor Adicionado	**63.032**	**30.631**
Impostos, taxas e contribuições	**24.418**	**13.224**
Federais	24.418	13.224
Remuneração de capitais de terceiros	**8.200**	**1.819**
Juros	7.275	1.057
Aluguéis	925	762
Remuneraçao de capitais proprios	**30.414**	**15.588**
Lucro retido	30.414	15.588
	63.032	**30.631**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediarias

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias Para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho 2020

(Em milhares de reais – R$)

1 Informações gerais

1.1. Contexto Operacional

A Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda com 80% das ações. A Enerfín Enervento Exterior S.L.U detém 100% do capital social da Rio Sul 1 Energia Ltda e possui a Enerfín Sociedad de Energia S.L.U como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	112.771.200	80%
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT	14.096.400	10%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	14.096.400	10%
	140.964.000	**100%**

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n.º 6131/2014-DL, concedida através do processo administrativo n.º 002714-0567/14-5, emitida em 28/10/2014, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 002898-0567/18-1. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independe de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244.

b) Contrato Proinfa

O prazo do contrato de Compra e Venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026.

c) Risco da Operação

Se considerado os 13 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2020), a geração média anual equivale a 358.777 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas informações financeiras intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 61.029 em 30 de junho de 2020 (R$ 51.314 em 2019). Durante o exercício de 2019, a Companhia liquidou de forma antecipada os financiamentos mantidos junto ao BNDES e Bancos Repassadores e o Cofides. Conforme divulgado na Nota Explicativa 13, em outubro 2019 a Companhia realizou sua 1º Emissão de Debêntures no valor de R$ 325.000 e efetuou o pagamento de dividendos no montante de R$ 199.026 bem como a redução do seu capital social no montante de R$ 140.000, através dos recursos originados das debêntures emitidas.

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes refere-se as obrigações de debêntures e a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações das debêntures, conforme cronograma estabelecido na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. Impactos da COVID-19 nas informações financeiras

No final de 2019 os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.
Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imaginasse que seja significativo.
Desta forma, a Companhia continua operando com todos os seus parques eólicos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

- A receita liquida da companhia no 2º trimestre de 2020 é R$ 85.097 superando em 69% a realizada no mesmo período do ano anterior (R$ 50.341).
- Não houve demissões nem reduções salarias na Companhia;
- Não ocorreu inadimplência de clientes;

Um dos valores da Companhia é a segurança, dessa forma, estão sendo adotadas todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia são:

- Trabalho Home Office para todas as atividades administrativas;
- Cancelamento de toda as viagens não essenciais;

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem "impairment" de ativos, descontinuidade, os ativos da companhia seguem em operação e desempenho conforme o esperado, apresentando uma taxa de disponibilidade de 99,43%, que índica a razão entre o tempo do ativo em funcionamento e o tempo total do período. Este indicador comprova que os ativos estão em pleno funcionamento e aproveitamento, com esta informação pode-se destacar que as informações financeiras intermediárias encerradas em 30 de junho de 2020 não requerem nenhum ajuste.

2 Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As informações Intermediarias - ITR estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 (R1) e IAS 34 – Informações Intermediarias. Consequentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2019, que não sofreram modificações nos primeiros seis meses de 2020, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2019.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 25 de agosto de 2020.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico e em reais que é considerada a moeda funcional da Companhia. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que foram utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

2.3 Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período findo em 30 de junho de 2020, é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.4. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao período findo em 30 de junho de 2020 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

A partir de 1º.01.2020 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos:

(I) CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro (Conceptual framework);

(II) Revisão anual do CPC n° 14/2019: alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão do CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) / IFRS 3 e alteração da definição de materialidade no CPC 26 (IAS 1) e no CPC 23 (IAS 8).

A Companhia avaliou os pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas suas informações financeiras intermediárias.

4 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº. 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.2.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.2.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 13, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº. 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.2.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como foi estivada a taxa de desconto, conforme conceito do IAS 37, tem 47 e descrito na nota explicativa nº. 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo de caixa e bancos	70	3.943
Aplicações financeiras	12.167	30.001
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	**12.237**	**33.944**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Aplicação Financeira

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/2020	31/12/2019
Banco do Brasil	BB RF LP Corp	Indefinido	CDI	23	-
Banco do Brasil	BB RF LP Corp 10milh	Indefinido	CDI	-	3.142
Banco Itaú	ITAU APLIC AUT MAIS	Indefinido	CDI	12.144	26.859
				12.167	**30.001**
	Remuneração Efetiva	**BB RF LP Corp**		3,75%	-
		BB RF LP Corp 10milh		-	100,3% a.a
		ITAU APLIC AUT MAIS		3,98%	5,74% a.a

6 Contas a receber de clientes

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás, deduzido o ajuste financeiro relativo às perdas de energia no sistema, estimado mensalmente pela área técnica da Companhia, que resultou em 3,10% na média anual.

	30/06/2020	31/12/2019
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	18.107	19.019

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 30 de junho de 2020.

7 Impostos a recuperar

Refere-se aos valores retidos na fonte sobre recebimentos da Eletrobrás e sobre os rendimentos de aplicação financeira, bem como, os relativos à apropriação de créditos do PIS e da COFINS sobre a depreciação acelerada de Máquinas e Equipamentos, como segue:

	30/06/2020	31/12/2019
IR a compensar	3.213	2.206
CSLL a compensar	1.236	442
PIS a compensar	952	854
COFINS a compensar	4.310	3.848
Outros Impostos a compensar	114	114
	9.825	**7.464**
Circulante	4.677	2.365
Não Circulante	5.148	5.099
	9.825	**7.464**

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade da Companhia de gerar tributos a pagar. A classificação entre circulante e não circulante está baseada na expectativa da Companhia em gerar tributos a pagar.

Os créditos de longo prazo estão assim compostos:

	30/06/2020	31/12/2019
Créditos a Restituir - IRPJ e CSLL (a)	1.141	1.129
Créditos de PIS e COFINS (b)	4.007	3.970
	5.148	**5.099**

a) Créditos referentes a pedido de restituição protocolados junto à RFB.
b) Créditos de Pis e Cofins sobre bens imobilizados.

8 Aplicações financeiras vinculadas

Conforme previsto contratualmente, foram abertas contas-correntes vinculadas ao financiamento obtido junto ao BNDES e Bancos Repassadores, todas mantidas junto ao Banco do Brasil S/A. Porém, em função da liquidação antecipada do referido financiamento, a Companhia obteve autorização para a transferência dos valores aplicados para a conta corrente de livre movimentação.

Ao final de 2019, seguindo o determinado no Contrato de Emissão de Debêntures, foi constituída uma Conta Reserva vinculada ao Contrato de Emissão de Debêntures, equivalente ao valor da amortização semestral das debêntures.

As aplicações financeiras correspondem a quotas do fundo “ITAU TOP DI FIC R” mantidas no Banco Itaú, acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do período. Os fundos têm como meta remunerar o investimento à variação do CDI

As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

	30/06/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras vinculadas	28.256	5.921

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/2020	31/12/2019
Banco ITAU BBA	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	CDI	28.256	5.921
		Remuneração do Efetiva		3,98%	5,74% a.a

9 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	**01/04/2020 a 30/06/2020**	**01/01/2020 a 30/06/2020**	**01/04/2019 a 30/06/2019**	**01/01/2019 a 30/06/2019**
Lucro Líquido	25.460	46.063	10.489	23.600
Alíquota combinada de impostos	34%	34%	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	(8.656)	(15.661)	(3.566)	(8.024)
Outras diferenças permanentes líquidas	6	12	6	12
Imposto de renda e contribuição social	**(8.650)**	**(15.649)**	**(3.560)**	**(8.012)**
Corrente	(8.744)	(15.787)	(3.477)	(7.639)
Diferido	94	138	(83)	(373)
Total	**(8.650)**	**(15.649)**	**(3.560)**	**(8.012)**
Alíquota efetiva	**(33,97%)**	**(33,97%)**	**(33,94%)**	**(33,95%)**

b) Ativo Diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	30/06/2020			**31/12/2019**		
Ativo Diferido	**IR**	**CS**	**Total**	**IR**	**CS**	**Total**
Diferenças Temporarias	402	145	**547**	301	108	**409**
Ativo Não Circulante	**402**	**145**	**547**	**301**	**108**	**409**

10 Imobilizado

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

		30/06/2020			31/12/2019
	Taxas anuais de depreciação e amortização %	**Custo**	**Depreciação e amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Administração central:					
Computadores	20%	806	(700)	106	131
Maquinas e equipamentos	10%	1.373	(745)	628	695
Móveis e utensílios	10%	819	(704)	115	131
Instalações	10%	300	(139)	161	174
Veículos	20%	129	(77)	52	64
Operação do sistema:					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	84.874	(40.989)	43.885	45.221
Máquinas e equipamentos	3,11%	599.605	(355.032)	244.573	252.309
Desmobilização		7.580	(339)	7.241	7.460
		695.485	**(398.725)**	**296.760**	**306.185**

	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	**Máquinas e Equipamentos**	**Total**
Saldo em 31/12/2018	**49.229**	**267.340**	**316.569**
Adições	95	-	95
Desmobilização	-	7.580	7.580
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437
Amortização Desmobilização	-	(120)	(120)
Depreciação do exercício	(2.909)	(16.469)	(19.378)
Saldo em 31/12/2019	**46.415**	**259.769**	**306.185**
Adições	4	-	4
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	718	718
Amortização Desmobilização	-	(219)	(219)
Depreciação do período	(1.474)	(8.454)	(9.928)
Saldo em 30/06/2020	**44.945**	**251.814**	**296.760**

10.1. Ativos cedidos em garantia

Os Aerogeradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R$ 251.814 (R$ 259.769 em 2019) foram cedidos em garantia em favor dos Debenturistas. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 30 de junho de 2020.

A Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 98,79% em junho/2020 e 98,7% em 2019 e 2018, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 13 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

10.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Em 30 de junho 2020, o saldo passivo da provisão para desmobilização de ativos totaliza R$ 7.912 (R$ 7.802 em 2019).

11 Contas a pagar - Eletrobrás

	30/06/2020	31/12/2019
Contas a pagar - Eletrobras	39.306	54.643

Conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

12 Debêntures

A Companhia realizou em 21/10/2019 sua 1º emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O valor total captado foi de R$ 325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019.Em junho de 2020 foi efetivada a segunda amortização de debentures.

Abaixo é demostrado a abertura e movimentação das debêntures:

Abertura e Saldos das Debêntures

Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	R$227.000	(1.047)	194.181	261	193.395
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	R$98.000	(1.784)	84.227	118	82.561
			R$325.000	**(2.831)**	**278.408**	**379**	**275.956**

	30/06/2020	31/12/2019
Circulante	45.847	44.200
Não Circulante	230.109	252.777
Total Debêntures	**275.956**	**296.977**

12.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

A Companhia classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2021	22.942
2022	47.241
2023	50.365
2024	53.061
2025	56.500
Total Passivo não Circulante	**230.109**

12.2. Mutação das debêntures

Mapa Movimentação de Debêntures	
Saldo inicial - 31/12/2019	296.977
Juros Incorridos	6.580
Amortização de debêntures	(21.877)
Amortização de juros	(6.029)
Custo de Captação a apropriar	305
Saldo final - 30/06/2020	**275.956**

12.3. Cláusulas contratuais restritivas – *covenants*

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;
ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);
iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores.

13 Instrumentos financeiros

13.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conforme nota explicativa nº. 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 16).

13.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	30/06/2020	31/12/2019
Dívida (a)	275.956	296.977
Caixa, Equivalentes (b)	40.492	39.865
Dívida líquida	**235.464**	**257.112**
Patrimônio líquido (c)	31.571	5.882
Índice de endividamento líquido	**7,46**	**43,71**

(a) A dívida é definida como empréstimos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº. 12.

(b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

13.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	**Nível**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	12.237	33.944
Aplicações financeiras vinculadas	2	28.256	5.921
Custo Amortizado		Valor Contábil	Valor Contábil
Contas a Receber Geração de Energia	-	18.107	19.019
Total dos ativos financeiros		**58.600**	**58.884**
Passivos Financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	-	948	1.064
Contas a pagar - Eletrobras	-	39.306	54.643
Partes Relacionadas e dividendos	-	959	2.383
Debentures	-	275.956	296.977
Outras obrigações	-	255	607
Total dos passivos financeiros		**317.424**	**355.674**

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;
Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 30 de junho de 2020, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

13.3. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 30 de junho de 2020 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 30/06/2020
Passivos					
Fornecedores	948	-	-	-	**948**
Contas a pagar - Eletrobras	19.653	19.653	-	-	**39.306**
Partes Relacionadas e dividendos	959	-	-	-	**959**
Outras obrigações	255	-	-	-	**255**
Debentures	27.907	22.042	120.737	188.050	**358.736**
	49.722	**41.695**	**120.737**	**188.050**	**400.204**

13.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

13.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, consequentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

13.6. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um “mix” apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

13.7. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026.

13.8. Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM n.º 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM n.º 475/08:

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente; e
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Risco	Instrumentos	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - Variação de 25%	Cenário III - Variação de 50%
	Ativo Financeiro			
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	28.256	28.256	28.256
	Taxa anual estimada do CDI para 2020	2,00%	1,50%	1,00%
	Efeito anual nas aplicações financeiras			
	Perda	-	(141)	(283)
		-	(141)	(283)
	Passivo Financeiro			
Alta do CDI	Debêntures Série 1	193.395	193.395	193.395
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75%	2,75%	3,25%	3,75%
		-	(967)	(1.934)
	Passivo Financeiro			
Alta do IPCA	Debêntures Série 2	82.560	82.560	82.560
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25%	4,95%	5,38%	5,80%
		-	(351)	(702)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

13.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13.10. Risco regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

14. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

14.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Conforme indica o IFRS16/CPC 06, "arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação".

Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

a) Direito de uso de arrendamentos:

a) Direito de Uso de arrendamento

	30.06.2020				2019
	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos					
Contrato de Locação	Até 2040	681	(48)	633	512
Contrato de Locação	Até 2041	688	(40)	648	476
Contrato de Locação	Até 2042	865	(50)	815	599
Contrato de Locação	Até 2045	730	(42)	688	543
		2.964	**(180)**	**2.784**	**2.130**

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

	Ativos de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2019	2.130
Adição	743
Depreciação	(89)
Saldo em 30/06/2020	**2.784**

b) Arrendamentos a pagar

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2019	93	2.231	2.324
Adição	-	743	743
Juros	-	142	142
Transferências	155	(155)	-
Amortizações	(180)	-	(180)
	68	**2.961**	**3.029**

c) Pis e Cofins a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras “a” e “b”, são firmados com pessoas físicas, e portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e Cofins sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

d) Análise do impacto da inflação nos contratos de arrendamento

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista vedação imposta pela norma contábil.

Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período de junho 2020.

Passivo leasing saldo final	**2020**
Conforme apresentado IFRS 16	3.029
Com efeito da inflação	3.345
	10,43%

Direito de uso de arrendamentos, líquido saldo final	
Conforme apresentado IFRS 16	2.784
Com efeito da inflação	3.100
	11,35%

Despesa financeira	
Conforme apresentado IFRS 16	142
Com efeito da inflação	147
	3,50%

Despesa de depreciação	
Conforme apresentado IFRS 16	89
Com efeito da inflação	92
	3,50%

14.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

	30/06/2020	**30/06/2019**
Pagamentos do Arrendamento	787	612

15. Seguros

Os seguros têm cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, com vigência de 1(um) ano. As principais coberturas de seguro são:

Ramos de seguro	30/06/2020	31/12/2019
Riscos operacionais	909.688	867.431
Responsabilidade civil geral	7.411	7.411
Vigência dos seguros	15/07/2020 a 15/07/2021	30/06/2019 a 30/06/2020

O seguro com vencimento em 30/06/20, foi prorrogado até o dia 15/07/20.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R$ 964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R$ 1,00.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

c) Distribuição de lucro:

c.1) Distribuição de Dividendos, no valor de R$ 43.283 foram antecipados aos acionistas durante o exercício de 2019. Em maio de 2020 a companhia distribui dividendos de R$ 4.726.

c.2) A Companhia compre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos de 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos

c.3) Lucro Líquido do período – A companhia obteve o lucro líquido de R$ 30.414, o qual será mantido na rubrica de lucros acumulados, até o encerramento do exercício de 2020.

	30/06/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	30.414	48.009
Lucros acumulados	30.414	-
Reserva legal (5%)	-	-
Reserva especial de lucros	-	4.726
Destinação de dividendos	-	43.283
	30.414	**48.009**
Distribuição de dividendos	4.726	199.026

17. Receita

A seguir, segue a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receita Bruta				
Venda de energia	48.696	93.866	25.610	55.553
Impostos sobre vendas	(4.538)	(8.769)	(2.397)	(5.212)
Receita líquida	**44.158**	**85.097**	**23.213**	**50.341**

18. Segmento Operacional

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A Companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia do Proinfa.

19. Despesa classificada por função e natureza

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Despesa Classificada por função				
Custo da Operação	15.952	31.070	13.149	28.048
Gerais e Administrativas	1.828	2.992	1.467	2.554
Outras receitas operacionais líquidas	(1.139)	(1.956)	(1.152)	(2.311)
Total	**16.641**	**32.106**	**13.464**	**28.291**
Despesa Classificada por natureza				
Custo de Operação e Manutenção	7.776	14.867	5.577	12.889
Encargos Uso do Sistema e Produção	2.591	5.181	2.440	4.858
Arrendamentos	401	787	287	611
Depreciação	5.184	10.235	4.845	9.690
Despesa com Seguros	228	455	244	488
Despesa com Serviços Profissionais	642	1.098	755	1.166
Outras Despesas Administrativas	958	1.439	468	900
Outras receitas operacionais líquidas	(1.139)	(1.956)	(1.152)	(2.311)
Total	**16.641**	**32.106**	**13.464**	**28.291**

20. Receitas (despesas) financeiras líquidas e variação cambial

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receitas aplicações financeiras	229	334	1.415	2.607
Outras Despesas (Receitas)	6	13	-	-
Receitas financeiras	**235**	**347**	**1.415**	**2.607**
Despesa com Juros	(2.253)	(6.885)	(814)	(1.944)
Despesa Financeira com Desmobilização	(56)	(111)	-	-
Despesas Financeira Arrendamento Operacional	(80)	(142)	-	-
Outros	97	(137)	(106)	(210)
Despesas financeiras	**(2.292)**	**(7.275)**	**(920)**	**(2.154)**
Variação Cambial Líquida	**-**	**-**	**245**	**1.097**

21. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos diluídos.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação.

Resultado básico por ação	**01/04/2020 a 30/06/2020**	**01/01/2020 a 30/06/2020**	**01/04/2019 a 30/06/2019**	**01/01/2019 a 30/06/2019**
Numerador				
Lucro disponivel aos acionistas	16.810	30.414	6.929	15.588
Denominador				
Numero de Ações	140.964	140.964	140.964	140.964
Lucro por ação - básico	**0,12**	**0,22**	**0,05**	**0,11**
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Lucro disponivel aos acionistas	16.810	30.414	6.929	15.588
Denominador				
Numero de Ações	140.964	140.964	140.964	140.964
Lucro por ação - diluído	**0,12**	**0,22**	**0,05**	**0,11**

22. Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT com participação indireta de 10% das ações.

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos.

22.1. Transações comerciais

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	30/06/2020	**31/12/2019**
Passivo (a)		
Circulante		
Fornecedores		
Wobben Windpower	-	1.361
Elecnor do Brasil Ltda	119	109
Enerfín Sociedade de Energia Ltda	840	913
Totais	**959**	**2.383**

	Aquisição de Serviços			
	01/04/2020 a 30/06/2020	**01/01/2020 a 30/06/2020**	**01/04/2019 a 30/06/2019**	**01/01/2019 a 30/06/2019**
Resultado (a)				
Custo da Operação				
Aquisição de Serviços				
Wobben Windpower Ltda	4.672	8.777	3.730	8.965
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	2.596	5.109	1.380	3.006
Elecnor do Brasil Ltda	388	746	352	694
Totais	**7.656**	**14.632**	**5.462**	**12.665**

a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições específicas estabelecidas no contrato firmado entre as partes e referem-se a serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

22.2. Dividendos

A Companhia realizou em 2019 o pagamento de todo o saldo de dividendos retidos.

22.3. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

23. Outras receitas operacionais, líquidas

Trata-se dos créditos Pis e Cofins sobre a Depreciação e insumos de operação.

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Créditos de Pis e Cofins	1.139	1.956	968	2.127
Indenização de Seguro	-	-	141	141
Reversão Baixa Imobilizado	-	-	43	43
Total	**1.139**	**1.956**	**1.152**	**2.311**

24. Compromissos assumidos

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	Posição em 30/06/2020
Encargos de Transmissão	857
Arrendamentos	787
Wobben Windpower	1.557
Total	**3.201**

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.